

Rede de influências

Dante Accioly
Da equipe do Correio

Um relatório elaborado pelo Ministério Público (MP) aponta o envolvimento de servidores da Secretaria de Assuntos Fundiários em decisões em benefício dos irmãos Pedro, Márcio, Eustachio e Alaor Passos. O documento traça o esquema de operações atribuídas ao grupo no Distrito Federal, lista uma cadeia de pessoas consideradas *laranjas* (testas-de-ferro) e menciona empresas criadas a serviço da constituição e comercialização de condomínios ilegais (*leia quadro ao lado*). As 259 páginas do relatório foram produzidas em agosto de 2000 e mantidas em sigilo até esta semana.

O documento reforça a suspeita de que a família Passos tinha, nessa época, forte influência nos órgãos responsáveis pela política fundiária do DF — principalmente a Seaf. Segundo o relatório, cerca de 10 empresas e 60 pessoas (entre servidores públicos, empresários, advogados, *laranjas* e corretores de imóveis) participavam do esquema comandado pelo grupo. Outras 30 pessoas merecem ser investigadas, de acordo com os 18 promotores que assinam o dossiê.

O documento foi divulgado pelo deputado distrital Rodrigo Rollemberg (PSB). Ele obteve o dossiê por meio de um pedido judicial, após ter sido processado por Pedro Passos. "O relatório confirma o que venho alertando há muito tempo. A Seaf foi aparelhada pelos irmãos Passos para beneficiar a entrada de grileiros nas terras do DF", afirma Rollemberg.

A suspeita de envolvimento da Seaf no esquema de recebimento de propina para regularização de condomínios foi reforçada por uma fita de vídeo divulgada por Márcio Passos, há dez dias. Na fita, o ex-secretário de Assuntos Fundiários, Odilon Aires (PMDB), diz ter recebido 50 terrenos para aprovar projetos de interesse de loteadores.

Nos trechos divulgados por Márcio Passos, Odilon afirma que na Seaf "só tem rolo" e na Câmara Legislativa "só tem ladrão". Em conversa com o candidato a distrital Pedro Passos (PSD), Odilon diz que o presidente da Câmara Legislativa, Gim Argello (PMDB), também teria recebido lotes.

FAVORECIMENTO

A divulgação da fita estremeceu a base aliada de Joaquim Roriz (PMDB). Em entrevista ao Correio, Márcio Passos ameaçou liberar novos trechos, que comprometeriam pessoas próximas ao governador. Márcio e Pedro Passos estão com a prisão preventiva decretada desde o dia 11, acusados de parcelar uma área de 221 hectares atrás da QI 27 do Lago Sul.

O documento elaborado pelos 18 promotores revela que altos funcionários da Seaf são suspeitos de praticar irregularidades em benefício dos Passos. A começar pelo ex-secretário adjunto da Seaf, Cleomar Rizzo Esselin — advogado que até o ano passado era o substituto imediato de Odilon Aires.

Em 1994, Esselin foi indicado por Joaquim Roriz para coorde-

nar o grupo executivo responsável por centralizar a regularização dos condomínios. No cargo, ele comandou o processo de divisão amigável de terras que levou a Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap) em 72 alqueires em favor do condomínio RK. Segundo a CPI da Grilagem, o loteamento pertence a *laranjas* dos Passos.

O filho de Cleomar Rizzo Esselin, Clóvis Rizzo, também passou pela Seaf — onde ingressou como responsável pelo departamento encarregado de avaliar a questão fundiária de terras. Em 1994, ele assinou um relatório que considerava o RK um condomínio já implantado. Não era verdade. Mas o parecer facilitou o acordo de divisão amigável que prejudicou a Terracap.

Um dos advogados dos Passos, André Campos Amaral, diz ter ouvido falar do dossiê elaborado

Jose Varella



ROLLEMBERG: RELATÓRIO OBTIDO POR MEIO DE ORDEM JUDICIAL

pelo MP. "Soube que o relatório existe, mas não conheço o material. Quanto à suposta atuação da família na Seaf, também não tenho conhecimento", disse.

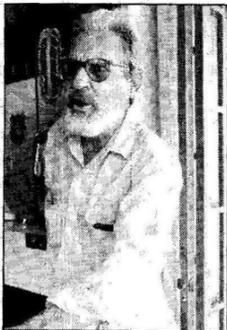
LONGOS TENTÁCULOS

EMPRESAS DE COBRANÇA

Elas são um dos pilares de sustentação do esquema. Depois de despistar qualquer suspeita de ligação entre a família e os condomínios irregulares, a rede formada pelos Passos desemboca em empresas coordenadas por pessoas diretamente ligadas ao grupo — *laranjas* primários ou secundários. Uma delas, a Atecar, por exemplo, é comandada por Riquelme Londe Alves — pessoa de confiança dos Passos. Outra, a Atual, pertence a Edmar Lopes e Alaor Passos. Já a empresa Correta foi comprada pelos outros três irmãos

LARANJAS PRIMÁRIOS

Estima-se que mais de dez pessoas atuem nesta função. O objetivo deles é simular a origem "lícita" das terras. São pessoas como Germano Carlos Alexandre e Ubirajane Santos Andrade, que constituíram a empresa Midas para vender lotes em condomínios. Outro exemplo é Carlos Victor Benatti, o empreendedor oficial do condomínio RK, em Sobradinho



IRMÃOS PASSOS



ALAOR



EUSTACHIO



PEDRO



MÁRCIO

Segundo o Ministério Público, os irmãos Alaor, Eustachio, Pedro e Márcio coordenam uma ampla organização voltada para a constituição de loteamentos e venda de lotes. Eles já foram condenados por parcelamento ilegal do solo devido à implantação do condomínio Estância Quintas da Alvorada, no Lago Sul. Os nomes dos quatro irmãos estão protegidos por uma rede de *laranjas*.

SERVIDORES PÚBLICOS

Advogados, agrimensores e outros profissionais, suspeitos de beneficiar os Passos ou os *laranjas* deles nos órgãos do GDF. Um exemplo é Cleomar Rizzo Esselin, que coordenou o processo de divisão amigável de terras que deu prejuízo de 72 alqueires à Terracap. Outro é Adelino de Souza Marinho, encarregado, na Secretaria de Assuntos Fundiários, de dizer se determinada área é pública ou não

ASSESSORIA TÉCNICA

Formada por advogados, agrimensores e topógrafos — como Vinício Jadisce Tasso, condenado junto com os Passos e também foragido da Justiça. Os advogados mais frequentes dos irmãos Passos e de vários *laranjas* são José Antônio da Silva Carvalho e Kleber de Andrade Pinto. O dossiê do Ministério Público aponta 14 advogados no esquema



Arte: Amaro Júnior

LARANJAS SECUNDÁRIOS

São os *laranjas* dos *laranjas*. Por exemplo: a Midas ou outra empresa formada para comercializar os lotes "vende" o terreno para Maria Cristina de Souza, Francisco de Souza ou Maildo Torres Otero, os *laranjas* secundários. O documento fornecido ao comprador tem o nome do *laranja* secundário e não da Midas ou dos Passos. Essas pessoas também ajuizam ações de cobrança, registram terras em seus nomes e atuam como testemunhas dos Passos ou outros *laranjas* em processos judiciais



Para o MP, secretaria é suspeita

O relatório do Ministério Público conclui que "a Seaf parece não ter isenção suficiente para conduzir o processo (*de regularização de condomínios*)". Segundo os promotores, "Pedro Passos e seus irmãos conseguiram ter livre acesso dentro da área de terras do governo, tendo trazido para a Seaf antigos parceiros".

Um dos servidores considerados suspeitos pelo MP é o agrimensor Adelino de Souza Marinho. Considerado um dos maiores conhecedores de terras do DF, ele participou da divisão amigável de terras em favor do condomínio RK, em 1994. Na época, ele elaborou o parecer que conside-

rava idônea a documentação apresentada pelo RK para a regularização do loteamento. Os documentos eram falsos.

Marinho foi acomodado no Departamento Técnico Fundiário da Seaf — onde trabalha até hoje. O mesmo servidor considerou particular uma área reclamada por Maria Cristina de Souza no Paranoá, à beira do lago. Maria Cristina é apontada como *laranja* dos Passos no documento do MP. Para a Terracap, a área reclamada por ela é pública.

O terceiro funcionário relacionado pelos promotores aos Passos é o advogado Jairo Gonçalves de Lima. Ele trabalhou para Alaor Passos em 1993 e é testemunha de Márcio e Pedro em uma ação penal relativa ao RK.

Jairo prestou serviço para o ex-motorista dos Passos, Dijair Raimundo de Oliveira. Em 1994, Dijair usou escritura falsa para ten-

tar registrar em seu nome 22 alqueires de terras no Lago Sul. Segundo os promotores, o ex-motorista é *laranja* do grupo.

O cartório desconfiou da operação e não fez o registro. Mesmo tendo sido considerada falsa pelo IC, a documentação recebeu em agosto de 1999 um parecer favorável do consultor jurídico da Seaf, Jozafá Dantas. Jairo Gonçalves de Lima trabalhava com Jozafá há três meses na época do parecer.

O advogado nega que tenha sido indicado pelos Passos. "Não tem nada a ver: meu pai é vice-prefeito de Água Fria (GO). Ele é político, e em razão disso estou aqui trabalhando".

Adelino Marinho foi procurado pelo Correio, mas não retornou aos telefonemas. A reportagem ligou para os três números registrados por Cleomar Rizzo Esselin em Goiânia, mas ele também não respondeu.